



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 46

Sessão Extraordinária em Setembro

Sessão em 30/09/2024

Aos trinta dias do mês de Setembro do ano dois mil e vinte quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em Sessão Extraordinária, na sede da Assembleia, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Armanda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Sandra Maria Sindão Monteiro, João Bastos Figueiredo, Isabel Cristina Cruz Barbosa, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Maria Dias Maio Cassola Marques, Carlos Alberto Martins Nunes, Arlindo José Vieira Tavares, Mário António Marques Rodrigues, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Jorge Manuel Correia Girão, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Sílvia Fernandes Ribau, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Manuel Simões Rodrigues, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, António José Jesus Monteiro, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, e António Armando de Matos Nabais.

Faltaram o Presidente de Junta de Freguesia Firmino Marques Ferreira e as Vogais Joana Filipa Ramos Lopes e Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto de Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luis Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, e Rui Jorge Soares Carneiro.

Faltou o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos e a vereadora Rosa Maria Monteiro Venâncio.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Filipe Jorge de Mendonça Santos Andrade Ramos, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel dos Santos Melo Faria, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Sílvia Fernandes Ribau, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Manuel Simões Rodrigues, António José de Jesus Monteiro, Rui Miguel dos Santos Melo Faria e António Armando de Maros Nabais.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Beatriz Rodrigues Mota Carvalho, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, António Manuel dos Santos Salavessa, Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, e Nuno Filipe Moreira Teixeira, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidente de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Henrique da Rocha Vieira, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, e Sara Alexandra reis da Rocha, se fizeram substituir nesta sessão, respetivamente, por Sandra Maria Sindão Monteiro, João Bastos Figueiredo, Isabel Cristina Cruz Barbosa, Daniela Carla Sousa Pinto, Maria Dias Maio Cassola Marques, Carlos Alberto Martins Nunes e Mário António Marques Rodrigues.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” para Sessão Extraordinária, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 – Apreciação e votação da proposta da 5ª Revisão Orçamental;

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de adjudicação do procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo | Investimentos Municipais.

Ponto 1 — Apreciação e votação da proposta da 5ª Revisão Orçamental.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 24/09/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁰⁵ ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁷

“Muito obrigado. Boa noite a todos. De forma muito simples, é a burocracia que este país adora e que ainda não se resolveram e, portanto, as dinâmicas da gestão municipal obrigam às alterações dos plurianuais, assim chamados. Por exemplo por causa de concursos que lançamos e não temos possibilidades de adjudicar e estamos na eminência de algumas delas, a poucos dias e lançamento de concursos públicos, com alguns dos objetivos que estão enquadrados nesta revisão orçamental, vão ter deliberação de câmara na reunião desta semana e outros nas reuniões de Câmara seguintes. Portanto isto é uma necessidade administrativa, não há nenhuma relevância política porque os objetivos são os objetivos que estão definidos e assumidos no Plano e Orçamento. Há apenas um ajustamento à dimensão plurianual porque obviamente as operações têm todas incidências e há dois casos em que os anos de execução ultrapassa e daí a necessidade de tomarmos esta decisão. Foi tomada na Câmara, vem à Assembleia e é fundamental para os processos de concurso que vamos

lançar cumpram os preceitos de interpretação da lei do Tribunal de Contas. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.[009](#)

“Muito boa noite, desde já cumprimento o Sr. Presidente e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes, o excelentíssimo público, quer o presente quer por via digital.

Perante o documento que é apresentado a primeira coisa que o PCP quer salientar é que concorda com o entendimento de que estes tipos de alterações devem estar incluídos, como é o caso, numa revisão do orçamento e das GOPs em vigor.

Mas queremos alertar que eles revelam dificuldades reais na concretização de umas GOPs irrealistas. O grau de execução das Despesas de Capital, nas quais se enquadra o investimento mais significativo do município, era, no final do mês de agosto – 20% do total previsto para o ano. Extremamente baixo. Daí que se entenda a necessidade de transferir para anos seguintes promessas de investimento que deviam ser concretizadas em 2024.

Subjacentes a este ato da assembleia municipal, aparentemente apenas administrativo, estão algumas das dificuldades de concretização de projetos e do seu financiamento durante o ano corrente, o que está em contradição com a evidente facilidade na concretização das despesas correntes - quase 50% do ano, no final de agosto.

Na definição de uma posição face ao conteúdo deste ponto de ordem de trabalhos, verificámos quais as obras cuja execução é adiada, ou seja, as obras que constam nas páginas de 16 a 19 do documento de revisão. No entanto não nos fixamos apenas nelas.

O que determina, em coerência, a posição do PCP hoje, nesta matéria, é o voto contra que expressámos há quase um ano, no momento da votação do Orçamento e das grandes opções do plano para 2024.

O nosso voto contra nesta revisão é também, de alguma forma, um voto contra o galopante despesismo corrente, questão que iremos tratar na próxima sessão ordinária da Assembleia. Disse.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.[010](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e os que nos acompanham aqui ou em casa através da internet.

Trata-se de uma alteração do plano de previsão dos pagamentos, não nos causa problema, mas votaremos contra por uma questão política, por não concordarmos com as opções e com a estratégia tida pelo executivo em termos de obras públicas. Obrigado.”

Vogal Rui Faria (BE)[011](#)

Vogal Jorge Grenó (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.[012](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente, boa noite a todos. Naturalmente nós estamos a favor desta revisão orçamental. Isto é gestão corrente, na nossa opinião, a questão política já foi debatida o ano passado quando se discutiu o orçamento.

Agora fazer uma pequena reflexão sobre estes entendimentos do Tribunal de Contas. Dá-me impressão que continuamos a batalhar na falta de produtividade e no entanto continuamos a gastar tempo com isto. Se cada Câmara tiver 10 processos destes por ano, estamos a falar de três mil e tais processos por ano que obrigam os serviços da Câmara a pegar em processos, a fazer contas, a preparar os documentos para levar a reunião de Câmara, obrigam os vereadores a preparem e releerem os documentos para votarem, elaboração de

atas, enfim. Depois isto é passado para a Assembleia Municipal onde estão uns milhares a gastar tempo e recursos com isto, quando isto se poderia resolver no fim do ano com a transição do saldo. Tal como acontece, estamos fartos de falar disto aqui, com o Saldo de Gestão no fim do ano. O processo tem de vir à Assembleia quando há gestão como em qualquer empresa, em qualquer parte do mundo. E, portanto, enquanto os nossos tribunais e outras entidades como agências de ambiente e outras, entenderem que têm o tempo todo do mundo para tratar coisas simples e evidentes, isto não pode avançar de maneira nenhuma. Portanto eu apelava ao Senhor Presidente da Câmara, na qualidade de dirigente da ANMP, temos uma nova Presidente do Tribunal de Contas, pode ser que ela tenha alguma sensibilidade e possa modificar estas coisas no Tribunal de Contas para ver se nos despachamos a todos.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰¹³

“Obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimentar todos os presentes aqui e em casa. Breves notas sobre este ponto. A primeira é obviamente concordar com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara. É de facto um ato essencialmente administrativo. Duas notas, estamos a falar do adiamento de uma dúzia de itens o que é algo significativo. Sobre a execução haverá um momento para o ano onde discutiremos isto e não agora obviamente. E a última nota é a de termos aqui esta revisão orçamental quando estamos trinta de setembro o que significa uma de duas coisas ou ambas ao mesmo tempo. É que o Senhor Presidente não prever que aconteça mais nada para além daquilo que estima, por isso é que está a propor para 2025 e, portanto, tem já a certeza que precisa desta revisão orçamental em setembro quando a poderia fazer em dezembro. Isto significa que este processo que está a adiar este ano já não terão mais desenvolvimento do ponto de vista da sua execução para além daquela que aqui está. Portanto a obra física presumo que nesta matéria não terá alteração em 2024. Sim é um ato administrativo plurianual sim. Sobre o Tribunal de Contas não vou discorrer, estamos a falar de um Tribunal e, portanto, daquilo que é obviamente a sua inconvênia.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰¹⁴

“Boa noite a todos. Na pessoa do Senhor e do Senhor Presidente da Câmara cumprimentar todos os presentes. Neste ponto para nós é fácil. Votaremos favoravelmente porque é só uma necessidade burocrática de obras que são plurianuais. Obras que ultrapassam o ano e que administrativamente e burocraticamente tem de ter este processo.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁵

“Muito obrigado a todos. António Nabais, obviamente vamos ter essa conversa com todo o gosto, até porque eu não me lembro quem estava do PCP na assembleia que aprovámos o Plano e Orçamento. Mas, enfim, vocês ou vêm para as reuniões e estão a dormir ou depois não comunicam uns com os outros e depois vem para aqui dizer coisas, enfim. Mas sim, falarei isso com todo o gosto. Agora não há nenhuma despesa corrente galopante. O que há é uma despesa corrente que tem uma rigidez grande, ao contrário da despesa de capital, nomeadamente num ano em que arranca o novo quadro de fundos comunitários.

Nós ainda nem o aviso, nem o aviso, que nos vai financiar a Capital Portuguesa da Cultura num milhão de euros, nem o aviso ainda foi lançado!

E, como compreenderão, a despesa da Capital está toda feita. Aliás, uma boa parte do que vamos ter no quarto trimestre, que começa amanhã, está paga já, uma parte dela está paga

ou cativa, como é evidente, os contratos são feitos com muita antecedência. E, portanto, é, de facto, e eu expliquei cá, veja se depois se tem tempo para falar com o seu camarada, o que é que é um ano de risco de alto risco em termos de execução. E, infelizmente, em termos daquilo que é a disponibilização de um recurso que alimenta de forma muito importante este Plano e Orçamento o que tem acontecido são as piores notícias possíveis. É que não há sequer lançamento de avisos, quanto mais candidaturas aprovadas e pedidos de pagamento. Porque temos obras prontas, temos obras prontas à espera do aviso para meter o pedido de pagamento de uma assentada só. Era aquilo que a gente previa. Mas o país acha um encanto, meia-volta volta e meia mudar de Governo, sei lá se voltamos a mudar. O antigo primeiro-ministro decidiu ir mudar de vida, porque, enfim, há outras vidas melhores do que ser Primeiro-Ministro em Portugal. E pronto!

Isto são questões de muita seriedade e de quem olha para as coisas de forma séria e objetiva e não dizer disparates que é um clássico do PCP. E é por isso que vocês cada vez valem menos votos. Agora ainda está cá um no próximo mandato não vai cá estar nenhum. A nível nacional é a perder câmaras umas atrás das outras. E vocês no PCP, vocês não percebem o mundo e quanto mais vivem nesse estado de rigidez mental e política menos valem, infelizmente para a democracia portuguesa, porque ao vosso lado, na extrema-esquerda, tão partidos que vale muito menos que o PCP. Mas pronto, esses estão atentos e vão vendo as modas e as dinâmicas. Vocês nem as modas, nem as dinâmicas, no vosso horizonte de percursos e de ação política. É a vida.

Só uma nota ao Francisco Picado. Nós, estes concursos que lançamos agora, os vários que vão à reunião de Câmara, obviamente que são procedimentos que, aliás há dois que não vão a Visto do Tribunal de Contas, os outros vão todos. Obviamente é o campo que temos. Agora, perderíamos 3 meses ou 4, porque seria já em Janeiro para usar o novo Plano e Orçamento. Vamos provavelmente aprová-lo em Novembro, mas ele só entra em vigor em Janeiro. E, obviamente, aquilo que vamos fazendo agora na reunião de câmara desta semana e nas próximas, só o podíamos fazer em Janeiro.

E eu lembro só e para terminar, também ainda a memória, aquilo que eu tenho dito e repito, cada vez mais é difícil arranjar empreiteiros para fazer obras. E esta situação de Portugal vai piorar muito, no mínimo até final de 2026. Não vale a pena termos ilusões e se vocês andarem no mundo a olharem para as coisas a falarem com outras Câmaras, com outras entidades públicas ou privadas, percebem o que é que está a acontecer e o que eu venho dizendo. Esta é uma situação muito difícil, até para a nossa câmara que tem capacidade financeira e boa pagadora, etc. está a acontecer isto. E o que é que está a acontecer ao lado disto, as obras estão cada vez mais caras. O crescimento do custo das obras não para. Porquê. Não é exatamente o custo dos materiais ou isto ou aquilo que está mais alto. Não, não, até pelo contrário. Depois do covid há uma redução do custo das matérias-primas. O que temos é uma limitada capacidade de construir pelas empresas que estão instaladas no mercado. Só há empresas espanholas, já devem ter visto as notícias, para as mega obras nacionais. Não há empresas espanholas em obras pequenas, não há, não existe. Neste momento a grande construção que está em Portugal a ser feita é o Hospital, chamado hospital do Alentejo, em Évora, que é uma empresa espanhola. E os consórcios de alta velocidade também integram, pelo menos os candidatos, empresas espanholas, porque obviamente que a Espanha tem um PRR bem maior que o nosso.

As pessoas cada vez menos querem ser engenheiros civis, as pessoas que vêm do estrangeiro para trabalhar na construção civil em regra não sabem trabalhar. Vêm trabalhar e aprender ao mesmo tempo. Conclusão, o país não tem capacidade, não tem capacidade. Ainda a semana passada, na quinta-feira, uma excelente reunião com o senhor Ministro-adjunto e da Coesão Territorial, manuel Castro Almeida, para iniciarmos uma conversa muito difícil, muito difícil para ele mesmo, que é, como é que é a nossa vida com

as obras financiadas pelo PRR? Há uma que está aqui nesta revisão, quando nós chegarmos ali Outubro de 2026 e sabemos que não a vamos cumprir. Umas porque estão a 80%, outras porque estão a 60%, outras porque faliu um empreiteiro como nos aconteceu, na obra do Solposto. Como é que se governa? É evidente que o que ouvimos neste momento é um silêncio de quem é responsável e não tem nenhuma receita debaixo do caderno de apontamentos. É evidente que olhamos para a Europa e vemos o resultado da Áustria e sabemos que os países forretas, que o nome formal é frugais, vão endurecer a sua posição. Sabemos que é que aconteceu nas eleições na Holanda, sabemos que é que aconteceu na eleição da Áustria no passado domingo. E o país tem que encontrar soluções, porque isto não é as obras da Câmara de Aveiro. Isto são as obras de muitas câmaras, de muitos institutos públicos, de muitas universidades, é o mundo real em que nós estamos. E, portanto, só lembrar estas notas porque elas são da maior importância, para continuarmos a fazer aquilo que é que fazemos, que é governar bem, mas num quadro que tem as delicadezas que nós vemos, quem olha atentamente para as coisas.

De resto, obviamente agradecer a clareza de quem foi contra o Plano e Orçamento e é contra a Revisão e fazem muito bem. E de quem a aprovou e a está a executar que, obviamente, seguimos no caminho. Politicamente, isto não tem relevância nenhuma, o que tem relevância são as dinâmicas da gestão que tem estes condicionalismos administrativos, como dizia o Jorge Greno não serve para nada, o país gasta milhões e milhões de horas de trabalho, de muita gente, para nada. Porque isto objetivamente não serve para nada. Nem para aumentar a eficiência nem para aumentar a transparência, nem para melhorar nenhuma performance de execução de gestão do Estado e nós somos uma componente do Estado. É a burocracia e oxalá que as mudanças do Tribunal de Contas sejam para melhor. Fico muito preocupado, porque é uma pessoa que também vem aprender o que é o Tribunal de Contas, porque é uma pessoa externa que vai presidir ao Tribunal de Contas. E pronto, e oxalá que seja uma coisa boa, mas, enfim, o conhecimento de causa num Tribunal tão técnico como é aquele, eu tenho sempre com uma nota importante. Mas obviamente desejar à nova presidente quando tomar posse, que lhe tudo corra bem. Bem precisamos que o Tribunal de Contas, ele próprio seja mais eficiente. Embora, viram bem as decisões que o Governo tomou na legislação que aprovou, está para sair, vão acabar os Visto sucessivos. Ou melhor, vão acabar os Vistos prévios passamos a Visto sucessivo. PRR, revisões de projeto, etc, porque já se percebeu que sem essas medidas relativas é impossível. Com essas medidas legislativas é mais possível, mas a luta é dura. Embora nós cá estamos a dar a nossa parte, seja com a pequena obra da Unidade de Cuidados Primários de Saúde de Nossa Senhora de Fátima, seja com a grande obra do eixo rodoviário Aveiro/Águeda. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação⁰¹⁷ Ponto 1 — Apreciação e votação da proposta da 5ª Revisão Orçamental, sendo a proposta aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (PSD17+CDS4+PPM1), sete abstenções (CH1+PS6) e cinco votos contra (PAN2+BE2+PCP1).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal António Nabais (PCP):⁰¹⁸

“A nossa declaração de voto é a minha intervenção.”

Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de adjudicação do procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo | Investimentos Municipais.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 24/09/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra⁰¹⁹ ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁰

“Senhor Presidente muito obrigado. De forma muito breve, a análise do júri do concurso é muito simples. É evidente que é muito surpreendente diferença brutal de custos que os bancos candidatos apresentam, mas é o mercado que comanda a vida e, portanto, julgo o relatório do júri é muito claro que ganha o banco Montepio nas duas maturidades do empréstimo.

Enfim, só dar nota à Assembleia que depois da deliberação da Assembleia, esta deliberação é passível de audição dos interessados e só depois, se não houver alterações (se houver alterações tem que cá voltar) não havendo alterações é que é assinado contrato e segue o processo para visto de Tribunal de Contas. E aí, enfim, relembro só também aquela nota que já aqui falámos de haver uma expectativa sobre o que é que vai fazer o Tribunal de Contas, porque em processos similares o Tribunal tem decidido de forma profundamente diferente e, obviamente, temos essa expectativa e também por isso, quisemos avançar com este processo nesta fase de gestão do nosso mandato. Estarei ao dispor obviamente qualquer questão que entendam por bem. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Nabais (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰²²

“Vamos discutir e votar um empréstimo bancário de quase 20 milhões de euros, a 20 anos, para a construção do novo Pavilhão Municipal e a requalificação e beneficiação do Estádio Municipal de Aveiro, o que nos suscita diversas contrariedades e interrogações.

Desde logo, esta Câmara Municipal é uma instituição com um longo e penoso trajeto de endividamentos sucessivos que limitaram a sua atividade e muito penalizantes para os munícipes.

Se fruto de uma sobrecarga de impostos e de um ciclo económico positivo, foi possível diminuir os montantes da dívida, o caminho que agora se retoma é o do endividamento, sob custos severos e por um período prolongado de tempo.

É caso para dizer que a câmara vai destruir com os pés aquilo que andou a juntar com o bico. Pior que isso, vemos pela cidade obras sumptuosas e desnecessárias que custaram balúrdios e cujos fundos alocados agora bem falta fazem (como a famosa bola nas pontes de 600 mil euros) ou ainda somos conhecedores de derrapagens orçamentais em sucessivos arranjos públicos como no Rossio. Isto preocupa-nos e revela incúria da maioria de direita pelas Contas do município. Os que alardearam na sua propaganda uma recuperação financeira e as boas contas deverão em diante ser mais discretos.

Por outro lado, temos consciência da situação física das instalações do estádio municipal, do muito dinheiro ali investido, do perigo na segurança pública que constitui o seu abandono e até dos danos reputacionais para o município. Desta forma que consideramos necessário o investimento público no desporto, incluindo em instalações desportivas

municipais (como colocámos no nosso próprio programa eleitoral), conhecedores que estamos nas carências que existem quer para o desporto federado quer não federado. Apesar das nossas reticências em relação à localização do futuro pavilhão, ou seja, mais um equipamento público longe do espaço central da cidade e do município, acrescente-se que muito fica ainda por fazer no desporto municipal como por exemplo a necessária piscina municipal.

É, portanto, da ponderação destes problemas e necessidades objetivas que nos absteremos. Não somos favoráveis a uma política de endividamento, mas não será por nós que não haverá instalações desportivas no município. Disse.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰²³

“Obrigado Senhor Presidente. Em vez de falar do empréstimo gostaria de tocar na obra que se pretende fazer com ele. Qual a estratégia de pagamento deste empréstimo? A ideia é os equipamentos construídos pagarem o seu próprio investimento, por exemplo, através de concessão, é um investimento que vai ser deduzido no apoio às entidades que o usam, reduzindo o valor dos apoios da Câmara Municipal. Ou a Câmara Municipal assume que é um investimento a fundo perdido, isto é, o dinheiro da Câmara Municipal dos municípios vai ser usado para as obras sem que haja uma compensação significativa pela utilização destes equipamentos.

Temos de entender, temos de entender o que é que se pretende, uma vez que é uma opção de uma maioria no último ano de mandato, que vai onerar os futuros eleitos com encargo que não assumiram.

Não nos opomos ao investimento no desporto ou no caso em equipamentos desportivos. No entanto, causa-nos alguma surpresa que uma Câmara Municipal de contas certas, estar a fazer este tipo de investimentos, principalmente quando não há muito tempo alguém da maioria que apoia o Executivo ter afirmado “o estádio só seria viável financeiramente se fosse utilizado 4 vezes por mês”. É preciso entender com que objetivo e com consequências se vai realizar este empréstimo financeiro. Afinal, é para assumir que o estádio nunca vai dar retorno financeiro e vai continuar a ser um sorvedor de dinheiro? Ou é para investir e tentar gerar retorno, nem que seja o suficiente para manutenção e operação.

Todas estas questões são relevantes, principalmente depois de terem assumido que o Estádio está sobredimensionado. Mais ainda, o Senhor Presidente não responde ou não tem números para dar quando questionado quanto à lotação, capacidade, e perspetivas dos futuros equipamentos que a cidade já dispõe.

Afinal, o que é que se espera? o que é que se pretende e que caminho é que vai ser feito? Como é que se toma uma decisão destas sem ter uma ligeira noção das dimensões e das perspetivas dos próximos anos. Tudo isto devia de ser explicado, mesmo que não seja este executivo a pagar, deve existir pelo menos uma estratégia pensada para o pagamento de utilização destes equipamentos.

Mais, tendo falhado o primeiro concurso público de construção do Pavilhão Oficina, no caso de serem necessários outros concursos e o preço da obra suba, qual a margem do executivo para comportar este aumento de custos. Enquanto isso, a habitação acessível continua uma miragem. A mobilidade da cidade continua caótica. O canil municipal continua sem sair do papel. O número de espaços verdes continua a ser reduzido. Obrigado.”

Vogal Rui Faria (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰²⁴

“Quero começar por dar uma nota positiva pelo entendimento deste executivo de que o investimento público é essencial para o desenvolvimento do município. Mas é por isso mesmo que este investimento deve ser criterioso, para permitir um impacto positivo e não apenas a contração de dívida para infraestruturas que não servem a população.

Não é a primeira vez que discutimos este empréstimo em sede de Assembleia Municipal e mantemos a nossa posição de voto contra. O voto contra, não por sermos contra o desenvolvimento e muito menos votamos contra por sermos contra. Peço desculpa pela repetição, toda e qualquer construção de infraestruturas desportivas que sirvam as associações, coletividades, ou meros aveirenses que nelas têm um lugar privilegiado para a prática do desporto.

Votamos sim contra, porque o investimento público tem de ser bastante criterioso. O investimento no Estádio Municipal de Aveiro já o era aquando da sua apresentação e continua e continuará a ser um enorme erro. Foi e continua a ser um enorme sorvedor de dinheiros públicos. Dinheiros esses que deveriam ser canalizados para o que realmente melhora a vida dos aveirenses.

Queria relembrar uma notícia que vi há poucos dias de que 600 famílias candidataram-se para habitação social, candidataram 600 para 66 vagas! Eu estive a ler a notícia, havia lá muita família monoparental e muitas pessoas que estão em risco de ficar na rua. Seria muito melhor utilizado este dinheiro para suprir essas necessidades. O Estádio era um investimento público “âncora” que iria dinamizar aquela zona de Aveiro e rentabilizar algo que ali ia nascer, tal como nos foi apresentado antes da sua construção. Com a maioria de capital privado, o parque desportivo de Aveiro era suposto ser composto por um hotel, campos de golfe, apartamentos e comércio, queriam dar uma nova vida a Taboeira, em particular, de que tanto necessita, diga-se de passagem, e a toda a cidade de Aveiro em geral.

Volvidos tantos anos o que temos é um deserto de ideias como obra faraónica a meio. Andamos a mendigar à Federação uma final aqui, um jogo da seleção acolá, para tentar dar sentido a uma obra que de racional para a nossa realidade sempre teve muito pouco. O Estádio custou, segundo o senhor Presidente, a módica quantia de 70 milhões, peço desculpa sim, 70 milhões. Dinheiro esse que pouco ou nenhum retorno teve. Na verdade, sempre deu prejuízo ao município. Passados 20 anos, estamos a injetar mais 10 milhões que não passa de soro para manter o paciente ligado às máquinas. A menos que nos apresentem um projeto de futuro com cabeça, tronco e membros para dar sentido a todo este investimento seremos sempre contra. Chego-me mesmo a interrogar se não seria economicamente mais racional acabar com o sofrimento do paciente e demolir.

Em relação ao Pavilhão Municipal, consideramos que é uma obra bastante importante se for colocado ao serviço das associações e do desporto popular de Aveiro. Além de receber grandes eventos claro. Só é pena que o empréstimo para a sua construção estar segundo a proposta apresentada dependente da verba para o Estádio!?! Somos contra o despejar de dinheiro numa obra que cada vez é menos útil aos aveirenses e, por isso, votaremos contra.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰²⁵

“Muito obrigado, senhor Presidente. Relativamente a questão do empréstimo, já foi falado anteriormente, estamos aqui só na concretização e naturalmente, somos a favor, mais uma vez, achamos que é um ato de gestão. A Câmara tem de fazer a gestão dos recursos. O Senhor Presidente já explicou todos os problemas que existem nesta mudança de quadros

comunitários e das necessidades financiamento etc. Portanto, não vale a pena estarmos a repetir o que já foi dito e naturalmente que estamos a favor desta proposta.

Relativamente à intervenção que me antecedeu achei piada, porque é sal e açúcar ao mesmo tempo. São contra, mas são favor, são a favor, mas são contra, esquecem-se do que é que aconteceu desde que foi aprovado nesta casa a construção do estádio, penso que em 98, 99, terá sido por aí. Todas os problemas que o mundo viveu desde então. Porque é que os projetos este, não do Estádio, mas da envolvente e tantos outros não avançaram. As crises que Portugal também passou. Mas lembrar, por exemplo, que no projeto inicial do estádio, já constavam os campos de treinos. Porque é que quando construíram o estádio não os construíram? Deviam ter construído. Limitaram-se a mandar fazer uma terraplanagem, mas dessas questões não vale a pena estarmos agora a recuar. Mas há que de realçar que são mesmo assim.

O Estádio sobredimensionado, é. Foi o projeto foi feito, mas é o que temos. E serve um clube e serve seleções e serve outro tipo de jogo, serve a população. E também recordar, que quando houve o Euro 2004, e se as pessoas se recordam, também isso proporcionou atividade na cidade, movimento na hotelaria, restaurantes, todas essas entidades beneficiaram com os milhares de pessoas que visitaram Aveiro e que continuam a visitar Aveiro para esses eventos. E, portanto, estes investimentos também são precisos.

Quanto ao Pavilhão, também já manifestei ligeiramente a minha opinião. É necessário, são necessários mais espaços no concelho para a prática desportiva. Como será necessária a Piscina que estava também prevista ser construída na altura, também já referi isso.

Penso que é necessário também à medida que aquela zona vai tendo mais ocupação, repensar também a rede de transportes públicos para que os utilizadores possam ter transportes públicos, desde as escolas, porque grande parte dos utilizadores são estudantes, para a zona do pavilhão e para casa no fim dos respetivos treinos. Mas certamente temos tempo para planear essa parte. Disse.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

“Muito obrigado, Senhor Presidente. De forma muito objetiva, o que estamos a votar são as condições do empréstimo. Olhando para todas as propostas apresentadas penso que não há questão, a não ser que descobrimos o maravilhoso mundo da banca e as suas ofertas de juros.

Relativamente à questão do empréstimo já abordamos esta questão em Assembleia anterior. Na altura a recomendação feita era de alguma prudência, relativamente sobretudo àquilo que se perspectiva no mundo e que pode provocar oscilações do ponto de vista daquela que é a taxa de juro base, seja a seis ou doze meses para o empréstimo. Há um conjunto de 2 ou 3 episódios que vão decorrer no curto prazo, alguns que estão já a decorrer infelizmente, que podem, enfim, fazer aqui oscilar este processo e, portanto, podíamos estar aqui a discutir se hoje fazemos um empréstimo para uma taxa variável, ou se daqui a uns tempos deveríamos estar a fazer a uma taxa fixa. Mas isso ninguém tem o dom de adivinhar.

Obviamente que espero que a Câmara sinceramente, não pague os juros que espera pagar. É sinal de que a Euribor desce e, portanto, beneficiamos todos, nomeadamente aqueles que têm crédito à habitação. Só dar nota que concordo em absoluto com aquilo que o Senhor Presidente disse no ponto anterior e que só vem reforçar aqui alguma prudência. Porque, de facto, estar a acrescentar de alguma maneira estar a acrescentar mais uma obra desta envergadura, num cenário que é de grande incerteza do ponto de vista financeiro e, obviamente, do ponto de vista da execução da execução física da obra, com a questão dos empreiteiros, da mão de obra, etc, etc. Enfim, eu sei que nós não podemos adiar eternamente ou ato eterno aquilo que é a tomada de decisão. Porque podemos discutir se o

pavilhão é mais útil ou menos útil, mas eu diria que se protelássemos, aliás, essa é a linha de recomendação que seguimos na última Assembleia, enfim, uma temporização ainda curta, talvez, permitisse que a decisão fosse um bocadinho mais consubstanciada relativamente a algumas variáveis. Também corremos o risco de chegar daqui a 6 meses e estar a repetir este discurso e, portanto, com o benefício da dúvida toda que a incerteza no mundo hoje nos traz, esta é a posição do Partido Socialista.

Obviamente que, objetivamente, face àquilo que aqui está, só com a coerência da linha da recomendação anterior, obviamente em termos de concurso, o júri com certeza terá escolhido aquele que menos onera o município. É só.”

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)⁰²⁷

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁸

“Portanto estamos aqui para validar ou não a escolha do banco ou da entidade financeira que faz o empréstimo à Câmara Municipal de Aveiro, no âmbito da construção da nave do pavilhão desportivo para o concelho de Aveiro. Nesse pressuposto, votaremos favoravelmente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁹

“Olhem, eu queria agradecer o apoio de toda a gente à proposta. Porque, de facto, às vezes a malta despista-se um bocado, não é. E, portanto, eu agradeço o apoio de todas as bancadas à proposta. Quer dizer que o júri do concurso analisou bem, a Câmara decidiu bem. E a Assembleia também vai decidir bem.

Mesmo quem é contra, é contra uma coisa que não está na proposta, que também democrático, era o que mais faltava. Só na Coreia do Norte é que as coisas não são assim, aquele país que encanta o Bloco de Esquerda. Mas, enfim, deixar claro, o que vem hoje aqui é o definitivo. Nós tivemos aqui em julho uma bela de uma discussão, nesta Assembleia, sobre o empréstimo, sim ou não. Vamos ter seguramente excelentes discussões, um dia destes, seguramente já no mês de novembro, do nosso Plano e Orçamento para o próximo ano. E já tivemos tantas aqui sempre no ponto de Informação. Hoje é só para decidir se, de facto, o nosso júri do concurso propôs bem ou propôs mal. E propôs bem.

E uma das notas que é curiosa e vimos todos no quadro, ainda agora o Bruno disse, temos propostas com o triplo dos custos e temos um banco que ganha, que põe um juro de 0,239. Obviamente, em cima da taxa de referência da Euribor, e isso é excelente. Quer dizer que a nossa câmara tem crédito, que os bancos gostam da nossa câmara, emprestam dinheiro a custo baixo, isto é excelente. E até para ajudar o António Nabais, que hoje anda um bocado baralhado, deve ter vindo dar a volta pela Póvoa do Varzim e está muita ondulação do Atlântico, que é a diferença entre dívida boa e dívida má. Nunca na gestão da Câmara de Aveiro, desde o Presidente Girão Pereira, passando por todos os outros, o erro de gestão foi contrair empréstimos de médio longo prazo para apoiar investimento. Nunca. Toda a análise que fiz quando cheguei à Câmara, toda a decisão a esse nível, foram decisões tomadas com correção.

Esta Câmara foi levada à falência pelo Partido Socialista, porque não se pagava a fornecedores de bens e serviços normais. Não se cumpriam as datas de pagamento das faturas. Foi por isso que isto foi à falência. Não foi nenhum empréstimo, repito, todas as decisões contração de empréstimo para apoio ao investimento foram bem tomadas. Podemos dizer, olha, o Estádio não devia ter sido feito. Certo, mas aí já não estamos a discutir o ir ao banco buscar dinheiro. Estamos a discutir a coisa que foi financiada.

Como agora aqui o Pedro Rodrigues, que tem agora uma série de dívidas financeiras. O PAN está muito financeiro. Pronto. Eu lembro que pouco tempo depois de eu chegar à Câmara, um movimento de cidadãos muito importantes, muitos deles socialistas, iminências pardas do passado que sempre querem ter futuro, criaram uma Comissão de Cidadãos para construir um pavilhão para o Beira-Mar! Aquilo é que era do além. Esta malta vive num mundo que já acabou. O Sporting Clube de Aveiro não conseguia hoje fazer uma piscina como fez sem o apoio. O São Bernardo, ainda por cima depois do que aconteceu, não conseguia fazer o Pavilhão. Isso acabou, esse mundo acabou. E, portanto, se não for uma instituição pública como a Câmara Municipal a fazer investimentos em equipamentos desportivos que na leitura estritamente financeira não têm retorno possível, não é possível Pedro.

E se conhecer algum exemplo muito agradeço que me diga. Presidente você está errado, há ali um exemplo em Espanha, há ali o exemplo. Diga-me, porque eu gostava de saber, porque isso não existe. E, obviamente, nós para apoiarmos, para ajudarmos os nossos cidadãos, o nosso tecido associativo, que é muito importante para a prática desportiva, ou investimos em infraestruturas ou não é possível que nós as vamos ter.

É evidente que é chato. Já não sei qual foi de vocês perguntou pela piscina nova. Nós estamos a iniciar o projeto da piscina nova. Mas quando chegámos nós tínhamos 3 piscinas miseráveis. A que agora se chama Diogo Carvalho, e as duas que vão ter agora o concurso de reabilitação. Que é de reabilitação, mas é uma reabilitação profundíssima. A de Cacia e a de São Jacinto. Porque nós não herdamos só a miséria nas Contas da Câmara, nós herdamos miséria em muita coisa de equipamentos municipais, de rede viária, que parecia à superfície lunar. Recordam-se como estava a rede viária deste município em outubro de 2013? Etc, etc, etc.

Há áreas em que é o investimento público, por mais que de vez em quando tenha que estar de acordo com os camaradas do Bloco de Esquerda, é assim. É evidente que cá estaremos para conversar, porque é muito interessante. Eu partilhei há dias com os colegas vereadores e depois com os cidadãos, fizemos uma nota de imprensa e, obviamente, virá na próxima informação municipal, os resultados na dimensão social dos 618 candidatos à habitação social. Tão interessante analisar aquilo, com verdade. Não é ver tudo ao contrário. Porque o que está ali é uma coisa bem diferente dos estereótipos que a extrema-esquerda nos tenta vender. Aliás, até o António Nabais já duplicou o valor da tal bola! Eu acho que é a bola que eu estou a pensar. Já vai em 600 mil. A bola só custou 325, mas ele para tentar ter razão já está a mentir. E é por isso que vai ter cada vez menos votos, até já duplica o valor da bola, achando eu que é a bola que eu estou a pensar, porque não estou a ver mais nenhuma que possa ter um valor dessa natureza.

Depois há uma coisa que eu queria dizer aos cidadãos. O Estádio Municipal de Aveiro não põe em risco a segurança de ninguém. Jogou lá a seleção nacional antes de ir para o Euro. jogou lá, no caso foi o Porto e o Sporting para a Supertaça. Joga lá o nosso Beira-Mar. Ainda jogou lá no domingo, ninguém corre risco nenhum. Se o Partido Comunista quer mentir, como é normal dos comunistas, e para meter medo a toda a gente que não só as criancinhas, deixar claro que enquanto a Câmara a abrir a porta do Estádio Municipal de Aveiro, quer dizer que o Estádio tem condições para as pessoas entrarem. No dia em que deixar de ter, nós não deixamos entrar lá ninguém. Este tipo de coisas a pretexto de uma adjudicação incontestável, porque até o PCP concorda que é o Montepio que deve ganhar este concurso, mas deixem-me dizer isto.

Última nota àquilo que disse o Francisco Picado. A prudência leva-nos a ir por este caminho na leitura do mundo de hoje. Tomámos a decisão de uma taxa variável e de uma taxa fixa nomeadamente, e seguimos agora. Evidentemente que o mundo está numa lógica de redução muito lenta, mas de redução das taxas de referência, designadamente a Europa

e Estados Unidos. Isto leva uma volta daqui a bocado? Ninguém sabe. Não vale a pena. A única certeza que nós temos hoje no mundo em que vivemos e a surpresa que a cada canto nos pode aparecer. Não vale a pena termos ilusões com isto, é assim. Mas nesta abordagem lógica e séria, nós entendemos que é por aqui que vamos bem. Enfim, e obviamente que a Câmara a todo o tempo, como sabeis, a todo o tempo, a Câmara pode-se financiar para replanear o mapa de empréstimos de médio longo prazo que contrata. Esse exercício é um exercício que é possível a todo o tempo, pelo menos no quadro legislativo em que temos hoje.

Portanto de forma muito tranquila, julgo que temos uma proposta correta, sensata. Este é o caminho, lembrando a minha expectativa com interrogações, sobre como é que o Tribunal de Contas vai gerir este processo. Porque, além do mais, como Vice-Presidente da ANMP estamos muito preocupados. Agora temos que esperar a chegada da nova Presidente para falar com ela, porque o Tribunal tem tratado os contratos de empréstimo de longo prazo, de forma profundamente diferente. E nós, Câmara de Aveiro, precisamos de saber como é que este instrumento de quem manda e, em última instância quem manda é o Tribunal de Contas, nós não podemos fazer nada sem termos o Visto, nós precisamos de saber como é que o Tribunal de Contas nos permite ou não permite utilizar esta ferramenta de apoio ao investimento. Este ato é de boa gestão para apoiar a nossa Câmara a realizar investimento. Ninguém vai dever nada a ninguém por incumprimento de compromisso contratual. Assim como no passado, tenho a certeza absoluta que como aconteceu nestes 11 anos, vai acontecer daqui para a frente. A Câmara vai cumprir as obrigações com o contrato da banca, até porque o quadro sancionatório de quem não cumpre é particularmente doloroso e nem eu, nem nenhum dos meus sucessores, se vai sujeitar obviamente a incumprir para cair num quadro sancionatório que é particularmente doloroso. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação⁰³⁰ Ponto 2 – Apreciação e votação da proposta de adjudicação do procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo | Investimentos Municipais, sendo a proposta aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (PSD17+CDS4+PPM1), duas abstenções (CH1+PCP1) e dez votos contra (PS6+PAN2+BE2).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Pedro Rodrigues (PAN)⁰³¹

“Senhor Presidente, a minha intervenção é a declaração de voto.”

Vogal Rui Faria (BE)

“A minha intervenção também é a declaração de voto.”

Vogal Francisco Picado (PS)⁰³²

“Senhor Presidente, a minha intervenção é a declaração de voto do Partido Socialista.”

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade⁰³⁴ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida deu por encerrada a sessão⁰³⁵ extraordinária em Setembro.

Eram 22:00 horas do dia 30 de Setembro de 2024.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(1:30)